



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 19 Nº 03
Março de 2010

Ocupação territorial desordenada e fenômenos meteorológicos: uma combinação perversa

Os fenômenos meteorológicos e os seus efeitos dramáticos têm sido um tema recorrente e central na pauta pública, nos últimos anos, tanto nas comunidades locais quanto no contexto das nações. Isso tudo, associado ao mau uso dos recursos naturais e à adoção de processos produtivos com enorme descarte de rejeitos (sólidos, líquidos e gasosos), em volumes muito acima da capacidade de reciclagem natural, acaba por provocar desequilíbrios nos múltiplos ecossistemas terrestres.

Um dos exemplos mais contundentes do mau uso dos recursos naturais é, certamente, a ocupação desordenada do território no interior e nas periferias das áreas urbanas, em especial nas áreas consideradas de risco. Ocupação de encostas ou proximidade destas, áreas com cotas baixas, reconhecidamente sujeitas a inundações, assentamentos de atividades urbanas em margens de cursos d'água (arroyos, rios, canais, lagos, etc.), aterros de áreas alagadas, excessivo adensamento de orlas, impermeabilização de grandes espaços e adensamento excessivo são alguns dos equívocos coletivos mais frequentes em nosso meio.

Trazemos esse tema relevante para o debate com o objetivo de lembrarmos que, toda a vez que a sociedade se depara com as questões de ordenamento territorial, se levantam vozes poderosíssimas, para rotular aqueles que querem o uso mais harmônico do espaço, como vanguardeiros do atraso, contra o desenvolvimento e a criação de empregos, entre outros adjetivos menos nobres. Recusam-se a avaliar as perspectivas e as implicações de longo prazo da ocupação desses locais. O que interessa são os lucros imobiliários imediatos, é a miopia do curto prazo sobrepondo-se à sensatez. Fecham-se os olhos para os elevados custos que as ocupações desordenadas acarretam no longo prazo.

Os prejuízos podem ser classificados, para uma melhor compreensão, em duas categorias: custos privados e custos públicos. Entre os primeiros, podem ser relacionadas as perdas patrimoniais, representadas por casas, móveis, roupas, eletrodomésticos, veículos automotores e animais domésticos, enfim, tudo aquilo que as famílias acumularam, com muito esforço, ao longo do tempo. Para continuar a vida, tudo isso terá que

ser repostado, o que significa um ônus muito elevado. Custos mais elevados ainda tendem a ser os contabilizados na esfera pública, que decorrem da destruição da infraestrutura. São contabilizados como custos públicos o sistema viário urbano/interurbano, escolas, edifícios públicos, redes de saneamento (água, esgotamento pluvial/cloacal), distribuição de energia, comunicações e equipamentos de consumo coletivo. A sociedade continuará demandando esses serviços, razão pela qual tudo terá que ser reconstruído, o que representa grande volume de recursos gastos no passado, quando se construiu tudo o que agora se perde por falta de ordenamento.

As áreas a que nos referimos são aquelas cujos atributos (localização privilegiada, beleza natural, etc.) elevam a sua valorização ou aquelas de risco eminente (áreas baixas, encostas com declividade acentuada ou próximas destas), não recomendáveis para assentamento humano devido ao grande potencial de problemas futuros. Áreas desse tipo sempre têm muitos interesses envolvidos, que vão desde os dos proprietários, passando pelos dos empreendedores e dos incorporadores imobiliários e também pelos dos grupos sociais excluídos, que buscam acomodação territorial para fins de moradia, seja através de invasões, seja através de loteamentos clandestinos, mais baratos, e, por isso mesmo, ao alcance desses estratos da população.

Esse tipo de ocupação territorial, combinada com fenômenos meteorológicos fora dos padrões usuais (chuva excessiva, tempestades, ventos, ciclones, etc.), gera consequências que podem ser classificadas como trágicas, dado que envolvem sofrimento coletivo, perdas patrimoniais incomensuráveis, tanto do patrimônio público quanto do privado, prejuízos nem sempre recuperáveis totalmente, mortes, mutilações, famílias dilaceradas. O controle humano dos fenômenos meteorológicos é uma utopia, mas o controle social das formas de ocupação do território não. Estas podem ser exercidas com a finalidade de reduzir o caráter perverso da combinação entre os excessos da meteorologia e as fragilidades das ocupações territoriais no País.

José Antônio Alonso (FEE/CEES)

Crise global agrava situação de calçadistas gaúchos

Além das antigas dificuldades enfrentadas pelos calçadistas gaúchos, decorrentes da agressiva concorrência dos calçados chineses e da manutenção da política de valorização do real, a eclosão da crise financeira global, em setembro de 2008, adicionou alguns componentes novos. A abrupta redução do crédito para financiamento do comércio, o encolhimento da demanda externa e o retorno da implementação de medidas protecionistas por diversos países provocaram uma drástica contração dos fluxos de comércio internacional, com consequências negativas sobre o nível de produção e de emprego desse segmento produtivo.

No caso da indústria calçadista gaúcha, especializada em calçados de couro femininos destinados ao mercado externo, as quedas foram expressivas, reforçando a tendência de diminuição da representatividade dos calçados do RS na indústria calçadista nacional. Em 2009, a produção física encolheu 20,0%, queda que só não foi maior devido à imposição de uma tarifa “antidumping”, de US\$ 12,57, sobre os calçados chineses, em setembro desse ano, e ao crescimento da demanda interna.

As exportações, por sua vez, caíram, no último ano, mais de 30% em valores, queda igual à verificada no número de pares embarcados.

Indicadores de produção e de exportação de calçados e artefatos de couro do RS — 2008 e 2009

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Exportações		
Valores (US\$ 1.000)	1 117 679	765 803
Pares (1.000)	51 477	35 553
Participação das exportações gaúchas sobre as exportações brasileiras (%)	59,4	56,3
Variação anual da produção física (%)	-7,7	-20,0

FONTE: Abicalçados.
IBGE.

Maria Lucrécia Calandro (FEE/CEES)

Lavoura de arroz no RS: em 2010, maus efeitos do El Niño

A produção de arroz atingiu 8.048 mil toneladas na safra 2008/2009, quando foi obtido o melhor resultado da história dessa cultura no Rio Grande do Sul — Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA). A área plantada de 1.105 mil hectares e o rendimento médio de 7.281 kg/ha, naquela safra, também foram recordes históricos. Esses resultados foram propiciados pela tecnologia adotada (uso correto do manejo do solo, uso de insumos e sementes de última geração) e por boas condições climáticas.

Já no que se refere à safra em desenvolvimento, a expectativa é de que haja redução na produção, em virtude das condições climáticas adversas, fortemente influenciadas pelo fenômeno El Niño, que trouxe intensas enxurradas, especial-

mente na época de plantio. Essas ocorrências afetaram negativamente a área plantada nas quatro maiores regiões produtoras, entre as seis definidas pelo IRGA. Mesmo com o pequeno incremento de área nas regiões Planície Costeira Externa à Lagoa dos Patos e Zona Sul, o total da área semeada de arroz irrigado em 2009/2010 ficou em 1.076 mil hectares, redução de 2,76%, equivalente a menos 29.748 hectares em relação à safra anterior.

Ainda assim, se o clima se mantiver bom no decorrer das demais fases da cultura, é possível que as condições das lavouras melhorem e que ainda possam ser obtidos bons níveis de produtividade.

Área semeada do arroz irrigado no RS — safras 2008/2009 e 2009/2010

REGIÕES E TOTAL	ÁREA SEMEADA (ha)		VARIÇÃO DA ÁREA (B/A)	
	Safra 2008/2009 (A)	Safra 2009/2010 (B)	Hectares	Percentual
Fronteira Oeste	316 289	303 920	-12 369	-4,07
Campanha	175 545	166 060	-9 485	-5,71
Depressão Central	165 356	158 445	-6 911	-4,36
Planície Costeira Interna	143 217	141 206	-2 011	-1,42
Planície Costeira Externa	128 783	129 155	372	0,29
Zona Sul	176 538	177 194	656	0,37
TOTAL	1 105 728	1 075 980	-29 748	-2,76

FONTE: IRGA - NATE(s)/DATER.

Suzana Ribeiro Boeckel (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-jan./10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	140,8	21,7	143 642
Jan./08	-	-	8,0	4,6	11,25	63,7	-12,5	112,1	-20,4	141 858
Fev./08	-	-	8,7	4,6	11,25	62,7	-12,7	106,7	-4,8	132 524
Mar./08	5,9	-	8,6	4,7	11,25	63,5	-12,0	108,2	1,4	130 811
Abr./08	-	-	8,5	5,0	11,25	63,1	-13,4	106,1	-2,0	131 320
Mai./08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,8	2,6	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,5	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	110,0	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	71,1	11,6	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	70,0	11,6	113,9	-0,1	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	70,6	11,2	111,2	-2,4	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	68,1	7,9	110,1	-1,0	132 422
Mai./09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,0	6,2	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	63,2	5,7	112,2	-2,2	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	63,2	6,9	113,4	1,1	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	61,1	4,3	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	60,5	-4,6	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	58,4	-17,3	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	58,7	-16,3	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-	-	6,8	4,3	8,75	59,4	-20,2	144,8	18,0	167 400
Jan./10	-	-	-	4,6	-	-	-	-	-	165 388

(continua)

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,3	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Jan./08	-4,14	41,9	118,75	6,3	3,0	84,3	17,0	33,4	-0,15	2,66	-2,50	187 507	244 829
Fev./08	-4,18	42,0	114,18	6,8	-3,8	84,7	17,8	36,6	-0,31	2,57	-2,26	192 902	247 998
Mar./08	-4,47	41,2	123,05	6,6	5,9	85,2	16,3	36,0	-0,62	2,56	-1,94	195 232	253 483
Abr./08	-4,25	40,9	124,96	7,0	1,4	85,1	15,3	38,0	-0,94	2,54	-1,60	195 767	254 307
Mai/08	-4,35	40,6	128,54	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-0,97	2,56	-1,59	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,52	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,51	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	37,3	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,8	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,65	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	25,9	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,4	-1,33	2,77	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,6	-1,42	2,89	-1,48	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,41	-6,5	1,3	79,0	-0,5	1,6	-1,28	2,84	-1,56	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,92	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,72	-1,47	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,49	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,1	-1,23	2,52	-1,29	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,80	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,19	2,17	-0,99	221 629	281 842
Out./09	-0,97	43,6	133,95	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,29	1,98	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,49	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,4	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,06	43,0	118,20	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,3	-1,55	1,65	-0,10	238 520	282 132
Jan./10	-	-	-	-	-	82,1	-20,5	-24,8	-1,56	1,52	-0,04	240 484	279 083

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 03

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — set./07-jan./10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Set./07	-	100,21	101,59	107,48	434,1	297,5	138,0	1 006,5	89,00	948,23
Out./07	-	115,45	109,56	107,69	466,6	288,9	132,1	1 022,4	89,03	951,56
Nov./07	-	110,37	106,87	107,62	550,4	320,1	130,8	1 147,5	90,04	953,61
Dez./07	5,7	98,53	105,22	107,43	509,5	340,0	121,3	1 135,9	90,76	957,09
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,18	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,05	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,92	107,60	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,18	79,52	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,91	90,03	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,43	84,05	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,33	91,90	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,71	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,03	92,36	87,38	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,31	94,29	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,30	90,68	88,53	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,68	94,34	89,13	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,9	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	6,0	102,24	125,17	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	-	-	-	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — set./07-jan./10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Set./07	14 986	9,6	12,8	1 152	1 158	534 178	1 612 954	1 280 444
Out./07	20 118	9,5	12,4	1 165	1 175	538 908	1 626 879	1 608 080
Nov./07	20 319	9,2	11,9	1 170	1 176	540 020	1 646 665	1 163 724
Dez./07	-8 065	8,7	11,3	1 197	1 199	527 914	1 737 091	1 277 226
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 160	1 158	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 132	1 128	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 115	1 128	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 145	1 156	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 177	1 196	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 199	1 214	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 202	1 221	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 212	1 218	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 217	1 221	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 218	1 217	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 210	1 217	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 193	1 189	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 204	1 187	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 225	1 211	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 234	1 233	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 216	1 229	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 196	1 208	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 220	1 209	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 234	1 227	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 242	1 221	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 229	1 226	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 256	1 244	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25723	7,9	10,0	1 231	1 226	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 244	1 248	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	-	-	-	-	838 307

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de nov./09. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

Aumento dos rendimentos do trabalho em um ano de crise

O exame do comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho em 2009, conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), indica que o nível ocupacional se elevou em menos do que em 2008 e que a taxa de desemprego total se situou praticamente no mesmo patamar daquele ano. O destaque ficou por conta dos rendimentos do trabalhador, que apresentaram elevação expressiva, apesar do contexto macroeconômico adverso, de crise econômica.

De fato, os rendimentos médios reais do trabalho na RMPA evidenciaram crescimento de 4,0% para o total de ocupados e de 2,7% para os assalariados, comparando-se o período jan.-nov./09 com o mesmo período de 2008.

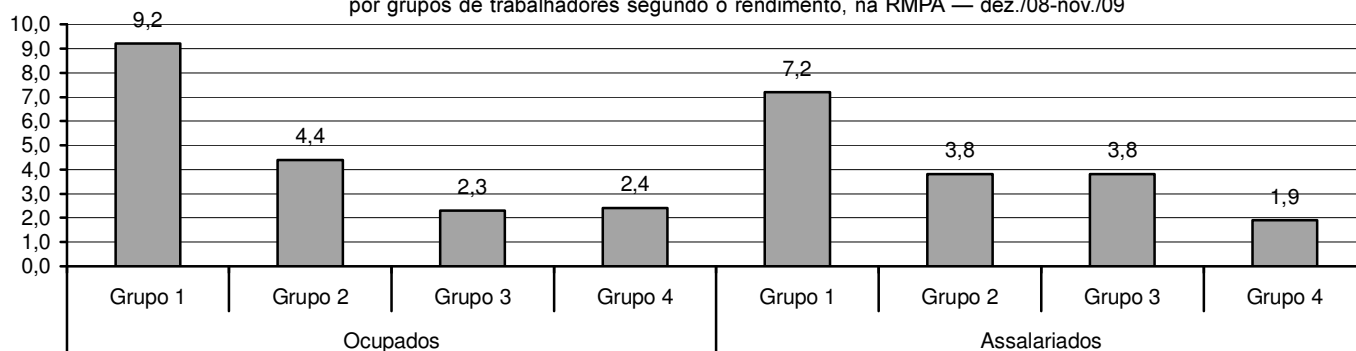
Esse expressivo aumento dos rendimentos pode ser creditado a fatores como: um menor patamar inflacionário; a convenção coletiva de trabalho, na qual as negociações tomaram como referência o ano de 2008, de bons resultados

econômicos, configurando um ótimo parâmetro de negociação; e a política de valorização do salário mínimo real e do piso salarial regional.

O gráfico expressa as variações dos rendimentos reais, permitindo destacar, ainda, que a elevação foi mais expressiva para os trabalhadores com menores rendimentos — Grupos 1 (que corresponde a 25% dos trabalhadores com rendimentos mais baixos) e 2 (que abrange 25% dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano) —, cujos aumentos foram de 9,2% e 4,4% entre os ocupados e de 7,2% e 3,8% para os assalariados.

Pode-se inferir, portanto, que os maiores beneficiários do aumento de renda na RMPA, em 2009, foram os trabalhadores com menores rendimentos, ou seja, as ocupações com valores médios ao redor do salário mínimo (R\$ 465,00), ou do piso salarial regional, que oscila entre R\$ 511,29 e R\$ 556,06.

Variação percentual do rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, por grupos de trabalhadores segundo o rendimento, na RMPA — dez./08-nov./09



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Alejandro Kuajara Arandia (FEE/CPED)

O desempenho da arrecadação do ICMS em 2009, no RS

A arrecadação tributária do ICMS no Rio Grande do Sul, em 2009, repercutiu os impactos da crise econômica mundial e a consequente retração nas economias nacional e regional. O tributo arrecadado, de janeiro a dezembro de 2009, atingiu a cifra de R\$ 14.385 milhões, contra R\$ 14.429 milhões em relação ao mesmo período de 2008, segundo dados da Sefaz-RS. Em termos de valores, a queda foi de 0,3% no período. Deve ser enfatizado que o desempenho da arrecadação estadual não se mostrou pior em decorrência das estratégias adotadas pela Sefaz-RS, visando combater à sonegação. Mesmo assim, o hiato verificado entre a arrecadação prevista, antes do aprofundamento da crise, e a efetivamente obtida teve como consequência direta a não realização de investimentos no montante inicialmente projetado.

Considerando a arrecadação por setores, no período jan.-dez./09, a indústria de transformação, segmento que representa quase a metade (45,44%) do valor arrecadado do ICMS, teve um crescimento de 17,3% em relação ao valor acumulado no mesmo período de 2008. Foi esse crescimento que praticamente sustentou a estabilidade na arrecadação em 2009, em comparação com o ano anterior. O segmento de serviços e outros, com participação de 12,94%, teve um crescimento de 3,5%. Por outro lado, os demais segmentos apresentaram queda na arrecadação, com destaque negativo para o comércio atacadista, com participação de 24,60% no total arrecadado, que teve uma retração de 19,9%. O comércio varejista, com 12,02% de participação, apresentou uma queda de 0,6%.

Arrecadação do ICMS setorial no RS — 2008 e 2009

ATIVIDADES	2008		2009		Δ% 2009/2008
	Valor (R\$ milhão)	Participação %	Valor (R\$ milhão)	Participação %	
Produção animal e extração vegetal	104,8	0,73	81,0	0,56	-22,7
Indústria extrativa mineral	49,0	0,34	34,6	0,24	-29,5
Indústria de transformação	5 571,1	38,61	6 536,6	45,44	17,3
Indústria de beneficiamento	513,8	3,56	435,3	3,03	-15,3
Indústria de montagem	224,2	1,55	164,4	1,14	-26,7
Indústria de acondicionamento e recondicionamento	9,6	0,07	5,3	0,04	-44,9
Comércio atacadista	4 418,2	30,62	3 538,2	24,60	-19,9
Comércio varejista	1 739,5	12,05	1 728,6	12,02	-0,6
Serviços e outros	1 799,4	12,47	1 861,5	12,94	3,5
TOTAL	14 429,7	100,00	14 385,5	100,00	-0,3

FONTE: FEEDADOS.
Sefaz-RS.

Lívio Luiz Soares de Oliveira (FEE/CIE)

O Brasil parte para o futuro

Pela primeira vez, depois da crise da dívida externa de 1982, o Brasil vai ter condições de movimentar sua economia em função de uma estratégia de longo prazo. Isso significa que está emergindo uma vontade social de desenvolvimento, que pode materializar-se num pacto entre o Estado, o capital bancário, o capital industrial e os assalariados, sobretudo os de baixa renda, o que não exclui um enlace com novos capitais internacionais. Partindo de uma boa posição geopolítica conquistada, o País pode pretender ocupar uma adequada inserção na nova divisão internacional do trabalho, que resultará das atuais crises financeira e produtiva. Será uma oportunidade de integrar a dinâmica futura da economia do Planeta, que emergirá sob a liderança das novas tecnologias de comunicação e informação (NTCI). Aqui, teremos um grande salto: essas tecnologias entrarão na fase de maturidade puxarão, dada a reorganização da arquitetura das finanças, um processo que envolve a reformulação da infraestrutura energética, a expansão de um setor de produtos alimentares para baixar o custo de reprodução da mão de obra da economia como um todo e uma nova oferta da produção de matérias-primas.

O Brasil tem tudo para ocupar um lugar expressivo nesse novo paradigma do capitalismo, seja na produção de alimentos (via "agrobusiness"), seja na produção de matérias-primas (via Vale do Rio Doce, por exemplo) e seja no campo energético, por intermédio da infatigável Petrobrás. Ao mesmo tempo, o Brasil precisa contar com empresas de presença mundial, pois o espaço de acumulação global é tecido por corporações multinacionais do tipo da Vale e da Petrobrás. Com isso, conseguirá armar dois vetores em seu benefício: de um lado, possuir alguns centros de decisões planetários relevantes no plano dos capitais (com o objetivo de incrementar produção, pesquisa e inovação) e, de outro lado, constituir, a partir dessas empresas, núcleos ou polos nacionais de acumulação nas cadeias produtivas das quais participam. Por exemplo, ao estilo da dita Petrobrás, encadear indústrias de fornecedores, como a de navios e bens de capital para o setor, desenvolvendo uma expansão do investimento e ampliando o mercado interno.

É por isso que, além dessas ações estratégicas de inserção do Brasil num novo padrão de desenvolvimento da economia capitalista, há que completar com uma reorganização do sistema de apoio geral da produção econômica. Há toda uma reformulação da infraestrutura da realidade brasileira. Basta olhar para a logística da produção: estradas, portos, aeroportos, silos, etc. Basta olhar para as questões de saneamento básico, da construção de uma malha urbana adequada, etc. Isso significa dizer que estamos diante de uma trajetória muito ampla de desafios e perspectivas. A ação combinada do Estado e do setor privado pode proporcionar o verdadeiro caminho para uma transformação profunda do Brasil de hoje, que é um Brasil a requerer um projeto do estilo juscelinista, para superar definitivamente 32 anos de crescimento medíocre (1982-04).

Essa estratégia global se baseia num processo de concentração e centralização de capital e se desdobra, macroeconomicamente, no plano do balanço de pagamentos, já que, através tanto de exportações como de lucros auferidos no exterior, podem ser um fator de melhoria no balanço de transações correntes, contrabalançando as substanciais importações. Dessa forma, a estratégia combina a articulação do Estado com o setor privado, sob o comando daquele, e poderá ter uma ampliação social importante: políticas governamentais que atendam ao emprego, à proteção social e à melhoria dos serviços públicos, em favor do grupo de baixa renda, dependendo das relações de forças entre os setores apoiadores.

Dois problemas merecem consideração do País. Como enfrentar a nossa ausência no setor NTCI? E como responder à exigência de uma indústria militar capaz de amparar a realidade do Brasil como potência intermediária na política mundial? Assim, olhando as oportunidades e os problemas, afirmamos que o Brasil está no limiar de um novo padrão de sociedade. Basta que faça as alianças políticas internas e externas competentes e que conceba, para tal, uma clara estratégia de desenvolvimento.

Enéas de Souza (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 26 .02.10).

ISSN 1517-7254

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nôra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Girotto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inacia Flôr Reinaldo e Sidonia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Jose Antonio da Silva, Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.